

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JT

CLASS. : 10

DATA : 01 06 91

PG. : 13

— AMBIENTE —

Projetos voltam a ameaçar a selva

Os incentivos fiscais para a implantação de projetos agropecuários na Amazônia — suspensos no início do governo Collor para conter o desmatamento — estão discretamente de volta desde o mês de abril.

A denúncia é da presidente do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), a antropóloga Mary Allegretti, que aponta, além desta questão, os problemas do preço da borracha, da fiscalização e da demarcação da reserva dos índios ianomami como causas principais de um possível fracasso das negociações internacionais para financiamentos de programas ambientais na Amazônia.

A volta dos incentivos fiscais — que traz também a ameaça das grandes devastações — está prevista no Decreto 101, de 17 de abril deste ano, que permite a aplicação de recursos dos incentivos em projetos considerados prioritários, “objetivando-se a destinação originária das opções das pessoas jurídicas”. Os incentivos para projetos agropecuários haviam sido suspensos no início do governo Collor, sob alegação de que teriam que ser precedidos de um zoneamento ecológico-econômico.

Um dos principais problemas



O decreto de abril deste ano volta a colocar as florestas sob risco de devastação.

enfrentados atualmente pela população das reservas extrativistas da Amazônia é o baixo preço da borracha, “resultado da falta de empenho do Ibama em apoiar a reivindicação dos seringueiros”. Mary Allegretti afirma que o órgão assumiu o problema, repassado pela extinta Superintendência da Borracha, sem qualquer perspectiva ambiental. Para mudar este quadro, os povos da flo-

resta têm uma proposta singular à indústria de artefatos de borracha: criar produtos com um selo de aprovação do Conselho Nacional de Seringueiros. Para isto, bastará que as indústrias concordem em pagar pela borracha o preço reivindicado pelos seringueiros e que representa, segundo eles, “o custo de proteção à floresta”.

Tereza Furtado/AE